

PLANO DE ACTIVIDADES E

INTRODUÇÃO

O Plano de Actividades e o Orçamento, que lhe dá a expressão pecuniária, são documentos que procuram antever a actividade das instituições num determinado período de tempo.

São documentos parciais que se integram num contexto global mais alargado da vida das instituições, consubstanciados nos respectivos programas de orientação apresentados aos interessados.

Uns e outros são documentos que, pela sua natureza, eivados de uma componente acentuada de contingência, estão directa e proporcionalmente ligados ao tempo da sua abrangência e à mutação das circunstâncias da sua aplicação. Com consciência daqueles factores, aos executores do Plano e Orçamento exige-se um permanente alerta quanto aos princípios e necessidades que se pretenderam colmatar com os objectivos definidos com aqueles documentos e, independentemente da forma, meio de aplicação ou adequação às novas realidades entretanto surgidas. O que não pode ser nunca esquecido ou mesmo reequacionado é o destinatário a quem a acção desses documentos se destina.

Não existem estaticismos nem coisas novas. Existem realidades que se alteram e, sendo os seres humanos a origem e o fim dessas mesmas realidades, também têm de ser eles a encontrar as soluções que melhor expressem os seus interesses perante elas.

Por isso, em nosso entender, quer um plano de acção quer um próprio plano de actividades, porque dispõem para o futuro, nunca podem ser documentos de previsão perfeita, mas um conjunto de intenções que, baseado em elementos históricos e comportamentos que se antevêm homogéneos, procura antecipar o seu desenvolvimento futuro.

Para nós, a quem incumbe a responsabilidade de gerir os interesses dos profissionais, em nosso entender, sem prejuízo do dever de informar e do direito a participar, o mais importante é estar permanentemente alerta sobre as necessidades daqueles e ter a capacidade de gerar sinergias, iniciativas ou acções, com vista a encontrarem-se as respostas mais consentâneas com aquelas necessidades.

Essa continuará a ser a nossa maior preocupação para o ano de 2006 e, independentemente da forma ou tempo em que as coisas

ou iniciativas surgirem, elas terão sempre como epicentro da sua existência e razão de ser os Técnicos Oficiais de Contas.

Sendo aquela preocupação a razão de ser da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, o ano de 2006 terá como grandes metas a atingir um maior reconhecimento público dos méritos da profissão e um maior intercâmbio desta com outras congéneres, com especial relevo para os Países de Língua Oficial Portuguesa ou com tradições latinas.

Para tanto no decurso do ano de 2006, propomo-nos realizar o seguinte:

PLANO DE ACTIVIDADES

1.1 - NOVAS INSTALAÇÕES

Conforme se tem amplamente divulgado, a Câmara adquiriu e encontram-se já em fase de realização as obras necessárias à readaptação funcional do novo edifício.

O prédio adquirido composto por seis andares acima do solo e dois no subsolo com destino a estacionamento, tem uma área de ocupação funcional de cerca de 2785 metros quadrados. Segundo o caderno de encargos, as obras estarão concluídas em meados do mês de Abril, pelo que a sua inauguração e transferência de serviços deverá ocorrer, em princípio, no início do mês de Maio.

A inauguração daquele novo espaço, constituirá um momento histórico na vida da nossa Instituição, não só pela qualidade das novas instalações, mas sobretudo pelo que elas representam.

Esse momento histórico, pretendemos que seja vivido pelo maior número possível de profissionais, pelo que procuraremos criar as condições que possibilitem a sua presença neste acto histórico da Instituição. Para além das obras das novas instalações está prevista a aquisição de instalações para representações permanentes em Faro e Vila Real.

1.2 - INSCRIÇÃO NA CÂMARA

As novas regras de inscrição na Câmara entraram plenamente em vigor em 31 de Dezembro de 2004.

ORÇAMENTO PARA 2006

A estrutura da sua concepção ainda não produziu os efeitos desejados ao nível da qualificação profissional.

No entanto, consideramos que em termos gerais as novas regras de inscrição se encontram adequadas, pelo menos nesta fase de transição, às exigências do exercício da profissão. Não obstante o transcrito e termos consciência de que, com maior relevância na área do ensino, é necessário estabilidade nos critérios adoptados, a verdade é que nos iremos confrontar com uma nova realidade no Ensino Superior português, emergente do Processo de Bolonha, o qual não pode ser implementado em prejuízo de uma boa preparação académica dos profissionais.

Daí, sem prejuízo dos princípios orientadores que sustentam as novas regras de inscrição na CTOC, antevermos a necessidade de se analisar rigorosamente a conversão dos créditos e os seus efeitos na aquisição dos conhecimentos necessários ao exercício da profissão de Técnico Oficial de Contas.

Para tanto iremos constituir uma Comissão Eventual, cuja missão consistirá na apresentação de uma proposta de fixação dos créditos necessários à obtenção dos níveis de conhecimento actualmente exigido.

Aquela Comissão será constituída por professores, alunos e profissionais, para que, na simbiose de sensibilidades e conhecimentos, encontremos a solução que se mostrar mais adequada a esta tão importante mudança na transmissão de conhecimentos em Portugal.

Até à definição das alterações que se verifique necessário introduzir, exclusivamente por efeito do Processo de Bolonha, continuarão a persistir as actuais regras de inscrição na Câmara.

Ou seja, no decurso do ano de 2006, apenas se poderão inscrever como Técnicos Oficiais de Contas os candidatos que possuam o grau académico de licenciatura ou bacharelato em curso reconhecido pela Câmara como adequado para o exercício da profissão, realizem um estágio profissional e exame de Ética e Deontologia, se deles não se encontrem dispensados, e se submetam a um exame de avaliação profissional.

1.3 – NOVAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DOS PROFISSIONAIS

A evolução dos meios de comunicação e a sua aplicação no relacionamento entre a Adminis-

tração Pública e os cidadãos é um factor que, se bem concebido, permite uma utilização em grande escala daqueles meios, com inquestionáveis vantagens para as partes envolvidas.

O sistema fiscal tem ainda imensas funcionalidades que podem e devem ser resolvidas pela Internet.

Na verdade, atendendo à função, objectivos e características da fiscalidade, este é um exemplo em que a maioria dos seus procedimentos pode e deve ser executado por via electrónica.

Aqueles que carecem de pública na sua sustentação, atendendo ao interesse público associado à profissão, os Técnicos Oficiais de Contas podem e devem desempenhá-los, aligeirando por essa via uma ainda excessiva carga burocrática que existe no dia-a-dia do cidadão.

Em nosso entender, actos como declarações de início de actividade, alterações, cessação, reclamações, recursos e impugnações fiscais podem e devem ser efectuadas via Internet.

Naturalmente que, alguns daqueles actos, pelas consequências que provocam na vida das pessoas, pressupõem a existência de mecanismos de comprovação da manifesta vontade das obrigações fiscais, acto que deve encontrar-se eivado de fé pública, a qual para além do mencionado, nada obsta que não possa ser cometida e reconhecida ao Técnico Oficial de Contas.

Não se vislumbrem corporativismos excessivos no que se transcreve, pois a partir do momento em que se atribui fé pública ao empregado dos CTT ou de uma qualquer junta de freguesia para o reconhecimento de assinaturas, então com maioria de razão julgamos ser pacífico nos casos elencados, e outros que se julguem pertinentes, se atribua fé pública a actos praticados por profissionais que o legislador reconheceu de interesse público.

Dentro daquele espírito, no decurso de 2006, iremos sugerir às entidades competentes que seja da competência exclusiva dos Técnicos Oficiais de Contas os seguintes actos, a praticar pela Internet.

- a) O preenchimento e envio da declaração de início de actividade;
- b) O preenchimento e envio da declaração de alterações;

- c) O preenchimento e envio da declaração de cessação de actividade;
- d) As reclamações gratuitas e exposições de natureza fiscal;
- e) A elaboração, preenchimento e envio das peças do Depósito de Contas.

1.4 – FORMAÇÃO

Pelos enormes desafios que se colocam à profissão de Técnico Oficial de Contas, a formação, em nosso entender, desempenha uma função primordial como auxiliar e peça relevante no enriquecimento dos conhecimentos dos profissionais.

Continuará pois a merecer da nossa parte uma especial atenção, sendo que, atendendo a que tem cumprido com os seus objectivos, continuaremos a desenvolvê-la com os seguintes critérios:

1.4.1 – FORMAÇÃO EVENTUAL

Este tipo de formação, conforme a sua concepção, tem como objectivo alertar e sensibilizar os colegas para alterações introduzidas nos normativos fiscais ou contabilísticos que se considerem relevantes para o exercício da profissão.

No decurso de 2006, continuaremos a, exemplo do que já acontece, a organizar três grandes acções a nível nacional, realizadas nas sedes de distrito, possibilitando aos colegas o contacto e conhecimento não só com as novidades introduzidas nos normativos aplicáveis à nossa profissão, mas também relembrar ou aprofundar questões ou matérias que se julguem pertinentes para o exercício daquela.

Realizar-se-ão nos meses de Janeiro/Fevereiro, Junho/Julho e Outubro/Novembro. Continuarão a ter a duração de oito horas, com início às 9.00 e termo às 18.00, sendo divididas em dois períodos, tendo um tema por período e um tempo destinado a debate de questões associativas. O valor a cobrar pela CTOC no ano de 2006 mantém-se em 30 euros.

1.4.2 – FORMAÇÃO SEGMENTADA

Este tipo de formação com a duração compreendida entre 8 e 16 horas, foi concebida para propiciar aos profissionais a análise em maior profundidade de temas que, pela sua importância profissional, mereçam ser analisados.

Conforme é do conhecimento dos profissionais, o período de tempo entre Março a Ju-

nho é um período de muitos afazeres para os profissionais, especialmente no que respeita às obrigações tributárias e informativas das contabilidades pelas quais os profissionais são responsáveis, pelo que, da experiência recolhida em anos anteriores, aquele período de Março a Junho, não é o mais aconselhável para a realização deste tipo de formação.

Assim, no período compreendido entre Setembro e Novembro de 2006, encontram-se programadas as seguintes acções de formação segmentada:

- a) O RELATO FINANCEIRO – A demonstração dos resultados por naturezas e por funções e anexo ao balanço e à demonstração dos resultados;
- b) IRC – Matéria colectável e benefícios fiscais;
- c) SISTEMA DE INVENTÁRIO – Tratamento contabilístico e seus reflexos fiscais;
- d) Mais ou Menos-Valias Contabilísticas e Fiscais – Opções de reinvestimento;
- e) A Localização das Operações Tributadas em IVA e outros casos particulares;
- f) Impostos Especiais sobre o Consumo;
- g) Capitais Próprios, Aspectos Contabilísticos, Fiscais e Societários;
- h) IVA nas relações internacionais: operações triangulares e reembolsos do IVA;
- i) Provisões e Ajustamentos na óptica contabilística e fiscal. Normativo nacional e internacional;
- j) O normativo contabilístico nacional;
- k) Obrigações para com a Segurança Social e Inspeção de Trabalho;

Pelo elencar das questões programadas, torna-se evidente o esforço que será necessário despender para a sua realização. Muitas outras questões seriam também muito importantes, mas estas foram as que se nos afiguraram as mais pertinentes para os profissionais e tudo faremos para que elas constituam uma mais-valia e uma oportunidade para os TOC elevarem os seus níveis de conhecimento.

Esta formação será, a exemplo de anos anteriores, realizada em todos os locais onde for possível reunir um conjunto de profissionais interessados superior a 30 e o seu preço mantém-se em cem euros.

1.4.3 – FORMAÇÃO PERMANENTE

Tendo sido concebida para uma análise profunda dos temas que trata, a formação permanente tem a duração de 32 horas e realiza-se em qualquer localidade onde seja possível reunir um conjunto mínimo de 30 interessados. O seu preço continua a ser de 125 euros por inscrição.

Decorre no período compreendido entre Janeiro e Novembro de 2006 e encontram-se programadas as seguintes acções:

- a) Contabilidade Orçamental;
- b) Avaliação de Empresas;
- c) Código de Insolvência;
- d) Contabilidade Pública;
- e) Construção Civil – Apuramento dos Resultados. Enquadramento contabilístico dos normativos nacionais e internacionais.
- f) Tratamento Contabilístico das Concentrações empresariais, fusões, empreedimentos conjuntos e grupos empresariais; Conforme se constata pelo elencar das questões a desenvolver a Câmara atribui uma importância muito significativa à formação dos profissionais, pois temos perfeita consciência que o exercício de uma profissão com os inúmeros riscos que a nossa envolve, só com um plano de formação contínuo e acessível é possível ter os profissionais aptos para responder aos enormes e permanentes desafios que se colocam.

1.4.4 – FORMAÇÃO RECORRENTE

Este tipo de formação não obstante ter sido concebido para propiciar aos profissionais a possibilidade da sua realização em períodos diferentes dos previamente programados, possibilitando por essa forma o conhecimento antecipado da mais-valia e importância da formação, elemento fundamental para interessar os profissionais, não tem tido a utilização que dele se esperou.

Não obstante, através dele, já foi possível despertar interesses junto dos profissionais, possibilitando a realização de acções em localidades que sem a sua previsão não seria possível.

No decurso de 2006, continuaremos a dar cumprimento às solicitações que, pelos colegas, neste domínio, nos forem solicitadas.

1.5 – SISTEMA COMPLEMENTAR DE SEGURANÇA SOCIAL DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

A solidariedade profissional e a criação de um conjunto de iniciativas que corporizem e dêem vida a essa preocupação, continua a ser uma das grandes preocupações da nossa Instituição.

Da leitura que fazemos da evolução de algumas normas de apoio social a nível das economias europeias, é que elas terão alguma dificuldade, no quadro actual, em continuar a manter o nível de apoio existente. A Segurança Social, expressão por excelência

daquele quadro, pode numa conjuntura excepcional ter de rever o seu papel no apoio aos cidadãos, com especial relevo para uma diminuição dos encargos dos Orçamentos do Estado para a manutenção das responsabilidades da Segurança Social, o que necessariamente se reflectirá na forma de quantificação dos montantes de reforma a atribuir aos beneficiários do sistema.

A constatação do descrito, conforme oportunamente divulgado, mereceu da parte da CTOC a iniciativa da criação de um fundo de pensões específico para os Técnicos Oficiais de Contas, através do qual os profissionais possam compensar previsíveis perdas do sistema público de Segurança Social ou, caso não se verifique aquela diminuição, obtenham um efectivo aumento das suas disponibilidades financeiras.

A Instituição, em consequência da preocupação descrita, contribuirá financeiramente para a formação do fundo, prevendo que as suas contribuições para o mesmo, no decurso do ano de 2006, atinjam o montante de 1 041 900 euros.

Independentemente da contribuição financeira da Instituição, no decurso do ano de 2006, encetaremos uma série de acções para sensibilizar os membros para a realidade descrita, com vista à sua adesão ao fundo na medida das suas possibilidades, preparando dessa forma um amanhã mais cómodo e com maior segurança.

1.6 – SITOC – SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

O SITOC foi concebido como um sistema organizado que propiciasse a comunicação da Instituição com os seus membros e vice-versa.

Conforme se depreende, a fronteira entre a informação e a formação é muito ténue, pelo que, por essa via, estamos também a promover, naquela vertente, a actualização dos profissionais.

Os conteúdos que até agora compunham o SITOC, a Revista «TOC» e o CD, ocupavam um papel de destaque, tendo aqui uma relevante função, não só de informar, mas também de formar.

Reconhecendo o mérito desempenhado pelo SITOC até ao momento e a enorme evolução que veio a verificar-se na quantidade e qualidade da informação constante do CD e da Revista «TOC», a verdade é que os novos desafios colocados à Instituição e à profissão, criaram também novo tipo de necessidades.

A criação e publicação do primeiro número da revista científica «Contabilidade e Gestão» marcou uma nova etapa, bem como uma nobre missão que a Câmara deve desempenhar no apoio às iniciativas de índole científica que venham a manifestar-se nas áreas de intervenção dos profissionais.

Essa missão, que nunca fez parte das preocupações da profissão, constitui um novo e aliciante desafio aos profissionais e estudiosos das áreas de conhecimento que interagem com o exercício da nossa profissão, possibilitando-lhes a Câmara um meio de divulgação dos seus pensamentos e estudos, com o rigor certificado de validade científica que, sem a intervenção da CTOC, muito dificilmente poder-se-ia vir a concretizar.

Assim, no domínio da informação, no decurso do ano de 2006, propomo-nos realizar as seguintes acções:

1. Continuar com a distribuição mensal e gratuita aos Técnicos Oficiais de Contas, em suporte físico, o CD-ROM da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas;
2. Continuar a desenvolver nas funcionalidades que se mostrarem relevantes, a consulta diária do CD da CTOC na Internet, mantendo a consulta exclusiva e livre aos profissionais;
3. Editar e distribuir mensal e gratuitamente a Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas «TOC»;
4. Editar e distribuir semestral e gratuitamente a revista «Contabilidade e Gestão» aos Técnicos Oficiais de Contas com a inscrição em vigor ou com ela suspensa;
5. Concluir, na medida do possível, no CD a base de dados das convenções colectivas, criar e desenvolver duas novas funcionalidades no CD, sendo uma destinada a tratar toda a documentação relacionada com projectos de investimento e outra com a legislação laboral;
6. Continuar a desenvolver e aperfeiçoar a “Pasta TOC”, no sentido de facilitar a comunicação entre a Instituição e os seus membros.

No que respeita ao SITOC, conforme é do conhecimento geral, a Revista «TOC» e o CD eram produzidos em regime de *outsourcing*. A partir de Janeiro de 2006 aquelas duas mais importantes peças do SITOC serão exclusiva e unicamente pro-

duzidas nas instalações da CTOC e por pessoas dela dependentes que emergem da criação de um departamento de Comunicação e Imagem.

1.7 – SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

Por diversas vezes temos vindo a alertar para o elevado grau de risco que o exercício da nossa profissão comporta, não só devido às contingências específicas, mas também devido a uma manifesta falta de sensibilidade dos nossos empresários para o cumprimento dos deveres de cidadania, remetendo para os profissionais situações que apenas aos empresários dizem respeito.

De qualquer modo, recentemente tem existido uma maior consciencialização do risco inerente ao exercício da profissão, cuja causa mais recente do avivar dessa consciência foram os sistemas de tributação em IR.

Não obstante a conflitualidade emergente da execução do contrato do seguro de responsabilidade civil, no sentido de aferir se a falta de opção por um regime de tributação se encontra ou não abrangida por ele, a verdade é que, pelo menos no domínio da definição da fronteira da responsabilidade, não deixa de constituir uma protecção para os profissionais, isto é, no caso do tribunal vir a declarar que não é da responsabilidade do profissional a entrega ou alerta para a apresentação da declaração de opção pelos regimes de tributação, então o profissional também não tem de responder perante terceiros, não sendo o seu património beliscado por aquele facto e, no caso de vir a declarar como responsabilidade do profissional, então ela está transferida para a companhia, através do Seguro, competindo a esta suportar os custos emergentes do sinistro.

Na óptica da Instituição, pretende salvaguardar-se os interesses e direitos dos profissionais, pelo que, encontrando-se estes salvaguardados por uma ou outra via, julgamos de toda a pertinência continuar a suportar o custo com o seguro de responsabilidade civil.

Assim, no decurso do ano de 2006, a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas continuará a facultar a todos os inscritos, nos termos do regulamento aplicável, o seguro de responsabilidade civil até ao montante de 50 mil euros.

1.8 - REUNIÕES LIVRES DAS QUARTAS-FEIRAS

Num gesto verdadeiramente pioneiro no domínio do associativismo público, a Câmara implementou no Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira a realização de reuniões livres, através das quais os membros colocam as questões que lhe suscitaram dúvidas no exercício da profissão, tendo ao seu dispor técnicos altamente qualificados para os elucidar da melhor forma de resolver os problemas encontrados.

Além do seu ineditismo, a iniciativa constitui um grande sucesso a nível nacional, conjugando no mesmo esforço de preparação jovens e menos jovens, numa simbiose de preocupações que se revela importante para a profissão.

Não obstante o indiscutível sucesso alcançado em algumas localidades, noutras, por razões que urge analisar, a adesão e a dinâmica imprimida não foram suficientes para gerar interesse de participação dos profissionais.

Assim, no decurso do ano de 2006, iremos manter na estrutura actual as reuniões livres das quartas a nível de todo o país e analisar em pormenor e cuidadosamente aquelas em que a participação não se revele consentânea com o número de inscritos no espaço em que se realiza a reunião.

1.9 - COMEMORAÇÃO DOS DEZ ANOS DO RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO À PROFISSÃO

Em 17 de Outubro de 2005, completaram--se dez anos sobre a publicação do Decreto-Lei n.º 265/95, normativo que veio reconhecer à profissão de Técnico Oficial de Contas o respectivo interesse público com a criação das normas reguladoras desta, bem como com a criação da pessoa colectiva pública a quem o legislador conferiu a necessária autoridade para regular e disciplinar o respectivo exercício.

Nos termos daquele diploma, não obstante a sua criação, a Lei só era eficaz com a tomada de posse da Comissão Instaladora nele prevista.

A questão reside em saber qual a data que a CTOC deve celebrar. A sua criação no papel, mas sem qualquer eficácia, ou o momento em que a Lei lhe atribui efectiva eficácia?

Para contornar a dificuldade descrita a CTOC vai celebrar os primeiros dez anos de reconhecimento de interesse público à profissão no decurso de um ano, realizando para o efeito diversas iniciativas, de entre as quais se incluem a realização de um Prolatino e de conferências bimensais em que serão abordados temas de interesse para a profissão, sendo alternadamente realizadas no Porto e em Lisboa.

1.10 - REALIZAÇÃO DO VIII CONGRESSO PROLATINO

Conforme já tem sido por diversas vezes abordado, a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, com especial relevo para os países de língua oficial portuguesa, bem como aqueles que têm culturas e pensamentos sustentados nos mesmos valores, tem vindo a desenvolver esforços no sentido compartilhar experiências com outros profissionais da área da Contabilidade e da Fiscalidade.

Após diversos contactos com os nossos colegas brasileiros, especialmente com a personalidade que hoje é um dos maiores expoentes, Professor Doutor António Lopes de Sá, a Câmara irá realizar em Portugal, nos dias 7 e 8 de Abril o VIII Congresso Prolatino, para o qual serão convidados oradores do Brasil, Espanha, França, Itália, Argentina e Venezuela.

Naquele evento tratar-se-ão os seguintes temas:

1. A Contabilidade – passado, presente e futuro;
2. O Ensino da Contabilidade;
3. A Profissão – sua influência no desenvolvimento da Contabilidade;
4. Contabilidade Pública;
5. Contabilidade de Custos;
6. Normalização Contabilística.

1.11 - II CONGRESSO NACIONAL DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

No mês de Outubro de 2006, realizar-se-á em Lisboa o II Congresso Nacional dos Técnicos Oficiais de Contas, onde serão debatidos os problemas da profissão, bem como o seu exercício nos países de língua oficial portuguesa.

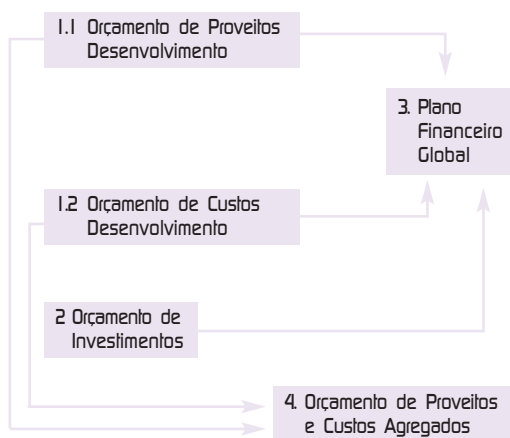
Os temas, datas e local serão oportunamente comunicados aos membros, após a sua definição pelos órgãos competentes da CTOC.

II ORÇAMENTO PARA 2006

“No planeamento a curto prazo surgem os denominados *orçamentos* – planos que permitem a quantificação numérica da actividade programada e dos custos e proveitos daí decorrentes. A gestão orçamental abrange o planeamento sistemático das actividades a desenvolver pela empresa, traduzido na fixação de planos de acção a cada gestor aos diversos níveis de responsabilidade (em quantidade, valores e prazos), nos meios a utilizar, na comparação periódica dos objectivos com as realizações e tomada de medidas correctivas.” *Definição expressa no livro «Contabilidade e Gestão»* da autoria do Professor António C. Pires Caiado.

Partindo daqueles pressupostos, a elaboração do Orçamento para 2006 obedeceu à seguinte estrutura, no que se refere à sua preparação:

I. Orçamento de Proveitos e Custos



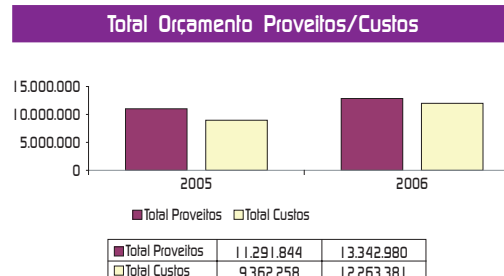
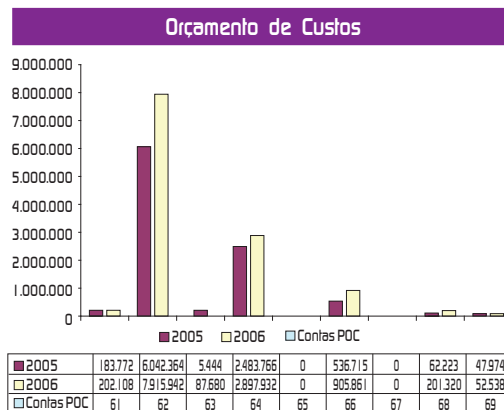
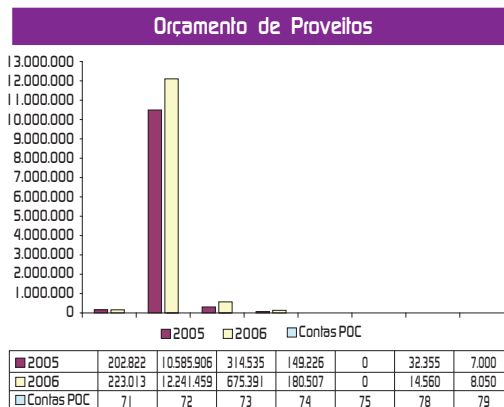
O presente Orçamento foi elaborado pelo recurso aos valores reais apurados na Contabilidade Geral até Outubro de 2005 e os valores da actividade corrente para os meses de Novembro e Dezembro a partir dos quais se projectou o nível de realização previsto para o final do exercício.

A elaboração e o desenvolvimento do Orçamento para 2006, à semelhança dos anos anteriores, foram efectuados com base na estrutura existente, corrigido o seu aumento ou diminuição conforme prevista nos diversos sectores da Instituição. A contingência do presente documento, que é previsão para o futuro, poderá criar a necessidade de introduzir correcções no próprio documento.

É nosso entendimento que os valores calculados sustentam devidamente a execução do Plano de Actividades proposto, sendo que a quantificação de valores adiante detalhados em quadros explicativos, quando considerados materialmente relevantes, são acompanhados por explicações de modo a tornar-se mais compreensiva a leitura deste documento.

Seguem-se diversos quadros onde se desenvolve cada uma das rubricas incluídas no Orçamento de Proveitos e Custos, bem como um Orçamento de Investimentos para 2006 e uma justificação dos fluxos financeiros, de acordo com as necessidades da Instituição.

Orçamento de Proveitos e Custos



I.1 Proveitos (desenvolvimento)

Vendas de Mercadorias

	2005	2006
Mercadorias	202.822	223.013
Total Vendas	202.822	223.013

Prestações de Serviços

	2005	2006
Jóias	161.625	225.000
Quotas - Membros Efectivos	9.128.190	10.290.830
Quotas - Membros em Regime de Suspensão	97.125	128.172
Formação Eventual	543.750	585.000
Formação Segmentada	225.000	400.000
Formação Permanente	137.500	375.000
Vinhetas	282.082	197.457
Multas - Proc. Disciplinares	10.333	40.000
Outros	301	0
Total das Prestações de Serviços	10.585.906	12.241.459

Da análise do quadro, em 2006, os proveitos mais relevantes continuam, à semelhança dos anos anteriores, a ser as jóias, quotas e inscrições em acções de formação.

Conforme as regras de inscrição na Câmara e as alterações ao artigo 12.º do Regulamento de Taxas e Emolumentos, a entrar em vigor em 2006, consideram-se:

- Jóia de inscrição: cem euros
- Admissão a estágio: cem euros
- Exames: 150 euros

Foi considerado para este orçamento o aumento da quota de dez euros para onze euros, conforme já abordado na discussão e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2005.

Quotas

N. Inicial 2006 76.200	Inscrições	N. Acumul.	Quotas
Janeiro	780	76.980	846.780,00
Fevereiro	250	77.230	849.530,00
Março	180	77.410	851.510,00
Abril	120	77.530	852.830,00
Maió	100	77.630	853.930,00
Junho	250	77.880	856.680,00
Julho	250	78.130	859.430,00
Agosto	110	78.240	860.640,00
Setembro	120	78.360	861.960,00
Outubro	110	78.470	863.170,00
Novembro	250	78.720	865.920,00
Dezembro	230	78.950	868.450,00
Total	2750		10.290.830,00

No mês de Janeiro foram previstos os candidatos aprovados, no exame realizado em Outubro de 2005

Valor da quota: 11 euros

A previsão feita para o ano de 2005 do número dos membros activos na CTOC ronda os 76 200, tendo-se verificado um aumento desta previsão no número de membros admitidos, comparativamente com o ano de 2004. Em consequência das novas regras de inscrição, prevê-se que a evolução para 2006 se mantenha, tendo por base o número de candidatos inscritos a exame e estágio em 2005.

N. Inicial 2006 1702	Suspensões	N. Acumul.	Quotas
Previsão n.º de suspensos	240	1942	128.172,00

Valor da quota: 5,50 euros

Dentro do universo dos membros inscritos, estima-se que cerca de 1942 serão membros em situação de auto-suspensão.

Vinhetas

Continua a registar-se a diminuição do valor da receita das vinhetas, dada a implementação do serviço de Declarações Electrónicas Fiscais e a obrigatoriedade do seu envio por este meio. Com base na receita de 2005, verificou-se um decréscimo na ordem dos 40 por cento comparativamente com o ano anterior, estima-se para 2006 um decréscimo deste montante, na ordem dos 30 por cento.

Inscrições nas acções de formação

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, no âmbito das acções de formação, mantém a política de realização a nível nacional, de três grandes acções de formação eventual, mantendo-se o valor de inscrição em 30 euros. No que diz respeito à formação segmentada, para 2006 prevemos 11 acções de formação, integradas num plano de formação, que continue a cumprir o objectivo de abordar diversos temas, preferencialmente nas áreas da Contabilidade e Fiscalidade, mantendo-se o preço de inscrição em cem euros. Relativamente às acções de formação permanente, encontram-se já agendadas para o mês de Janeiro de 2006, duas acções cujos temas são "Contabilidade Orçamental" e "Avaliação de Empresas". No decorrer do ano de 2006 e seguindo a linha de orientação dos anos anteriores, prevemos realizar

seis acções de formação sobre temas que julgamos de interesse para os profissionais, mantendo-se o valor de inscrição de 125 euros.

Proveitos Suplementares

	2005	2006
Encontro Nacional TOC	4.706	7.500
Indeferimentos de Candidatura	6.375	14.250
Reinscrições	6.250	7.500
Publicidade - Revista «TOC»	122.409	135.000
Exames	154.075	182.500
Taxas e Emolumentos	2.645	4.641
Congresso dos TOC	0	250.000
Congresso "Prolatino"	0	50.000
Protocolo IMOPPI	10.575	0
Protocolo IPI	7.500	24.000
Total de Proveitos Suplementares	314.535	675.391

A orçamentação da rubrica publicidade na Revista «TOC» tem por base os valores de 2005, bem como os contratos já firmados para o próximo ano, prevendo-se uma receita de 135 mil euros no ano de 2006.

Subsídios à Exploração

	2005	2006
Patrocínios Acções de Formação	29.054	30.507
Outros patrocínios	120.172	150.000
Total Subsídios	149.226	180.507

Na sequência dos anos anteriores, os valores contemplados nesta rubrica referem-se a patrocínios previstos no âmbito da formação e da realização do Congresso dos TOC.

Fornecimentos e Serviços Externos

	2005	2006
Subcontratos		
Vinhelas	9.593	8.154
Total Subcontratos	9.593	8.154
Fornecimento e Serviços Externos		
Electricidade	22.722	40.000
Combustíveis	3.008	3.910
Água	3.123	4.685
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	524	576
Livros e Documentação Técnica	3.257	4.396
Material de Escritório	43.407	54.259
Artigos para Oferta	608	1.000
Rendas e Alugueres	101.829	121.103
Despesas de Representação	2.174	2.500
Telecomunicações	203.544	250.000
Correio	327.587	200.000
Seguros	48.162	50.570
Seguro Responsabilidade Civil	527.810	532.496

(continua na página seguinte)

Proveitos e Ganhos Financeiros

	2005	2006
Juros de Aplicações Financeiras	32.355	14.560
Total de Proveitos Financeiros	32.355	14.560

Prevemos para 2006 um decréscimo de 55 por cento do valor dos proveitos financeiros, dado o financiamento das obras de adaptação da nova sede da Câmara. Com os sistemas de cobranças de quotas implementados, a CTOC prevê continuar a obter alguns excedentes momentâneos de Tesouraria, mantendo parte em aplicações financeiras, que originarão os respectivos proveitos.

Proveitos e Ganhos Extraordinários

	2005	2006
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	7.000	8.050
Total de Proveitos Extraordinários	7.000	8.050

1.2 Custos (desenvolvimento)

Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

	2005	2006
Mercadorias / Mat. Consumo	183.772	202.108
Total do Custo das Matérias Consumidas	183.772	202.108

Os valores aqui registados, referem-se ao custo do ATD-TOC e do ATD-Actualizações.

Fornecimentos e Serviços Externos

(início na página anterior)

	2005	2006
Transportes Diversos	90	104
Deslocações e Estadas	226.229	371.540
Honorários:	603.715	1.136.177
Contencioso e Notariado	4.851	6.054
Conservação e Reparação	100.908	140.000
Publicidade	61.997	74.396
Limpeza, Higiene e Conforto	57.666	100.000
Vigilância e Segurança	50.508	100.000
Trabalhos Especializados	314.978	303.067
Formação	773.379	958.995
Revista «TOC»	984.497	884.369
CD-ROM/Base de dados/SITOC	515.825	320.729
Revista Científica	209.177	308.813
Publicações obrigatórias	12.356	262.973
Encontro Nacional TOC	11.375	13.081
Congresso dos TOC	0	400.000
Congresso "Pro/Latino"	0	200.000
Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização	800.000	1.041.900
Outros fornecimentos	17.465	20.085
Subtotal Fornecimentos e Serviços Externos	6.032.771	7.907.788
Total Fornecimentos e Serviços Externos	6.042.364	7.915.942

Subcontratos

Esta rubrica contempla o custo de produção das vinhetas e projectos informáticos. Em 2006 não se prevê que exista um acréscimo destes montantes.

Fornecimentos e Serviços Externos

As rubricas desta conta referem-se essencialmente à exploração normal da actividade da Câmara e foram actualizadas numa base que ronda 10 a 35 por cento.

De salientar que o aumento encontra explicação no crescimento normal esperado da Instituição, constatando-se que algumas das sub-rubricas foram alvo de uma maior percentagem de aumento, nomeadamente os custos relacionados com a manutenção, tendo em conta a dimensão da nova sede (electricidade, água, vigilância e segurança, serviços de limpeza), bem como situações concretas relacionadas com os objectivos definidos no plano de actividades nomeadamente a realização do II Congresso dos TOC, Congresso Prolatino, a publicação obrigatória da lista dos Técnicos Oficiais de Contas, de acordo com o artigo 18.º do ECTOC, os custos relacionados com a organização e

funcionamento das várias Comissões da CTOC, salientando-se ainda a oferta a todos os membros da revista científica «Contabilidade e Gestão».

Com a assinatura do contrato de adesão em 2005, ao plano e fundo de pensões dos Técnicos Oficiais de Contas, entre a CTOC e a empresa PensõesGere-Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, foi entregue a contribuição de 638 739,00 euros para a constituição do fundo em 2005, prevendo-se que até final de 2005 atinja o valor de 800 mil euros. A presente adesão financia um plano de contribuição definida, sendo de dez por cento do valor das quotas recebidas em 2006, prevendo-se que o montante atinja 1 041 900 euros.

Comunicação

Esta sub-rubrica engloba todos os custos com *mailings* enviados aos TOC, os custos com correspondência normal, à excepção dos relativos ao envio da Revista «TOC», tratados em rubrica própria, custos com comunicação telefónica diversa.

Com a página da Câmara na Internet (*site*) e a implementação da "Pasta TOC" em 2005, verifica-se um decréscimo de cerca de 40

por cento nos custos com os correios, comparativamente com os registados em 2005.

Seguros

Esta rubrica inclui todos os seguros da Câmara, bem como na sequência dos anos anteriores, o seguro de responsabilidade civil profissional.

Honorários

A rubrica de honorários contempla, os valores com os consultores informáticos, consultores externos para o Departamento Técnico da Câmara, oradores das reuniões livres, Gabinete de Estudos da Câmara, e as recentemente criadas Comissão de Exames, Comissão de Estágios e a Comissão de Controlo de Qualidade. A Comissão de Estágios, constituída com o objectivo de acompanhar e apoiar patronos e estagiários, na execução e programa de estágio, com vista a avaliar a sua realização, foi orçamentada com base num custo de 75 euros por cada membro da equipa, por cada estágio acompanhado.

Com a tomada de posse da Comissão de Controlo de Qualidade, no dia 13 de Setembro do corrente ano, o valor orçamentado para 2006 tem por base um custo de cem euros por visita por cada membro da equipa, duas visitas por semana a levar a efeito por 25 equipas, durante 11 meses no ano.

Os debates de temas livres foram orçamentados com base num custo por sessão de 250 euros por cada formador. Estas reuniões têm a duração de duas horas, duas vezes por mês, em cada distrito, a levar a efeito durante 11 meses (exclui-se o mês de férias).

Honorários	2005	2006
Gerais	99.293	104.257
Consultores externos	23.630	27.174
Oradores-Reuniões livres	272.231	313.065
Gabinete de Estudos	146.370	146.370
Coordenadores	1.937	2.421
Comissão de Exames	24.190	24.190
Comissão de Estágios	30.564	61.500
Comemoração Institucional-Conferências	650	5.200
Comissão de Controlo de Qualidade	0	440.000
Protocolo IPJ	4.850	12.600
Total	603.715	1.136.777

Trabalhos Especializados	2005	2006
Serviços de auditoria	14.800	14.800
Trabalho temporário	17.406	20.017
Serviços de advocacia	2.678	3.615
Assessoria de Imprensa	40.622	0
Outros trab. especializados	67.712	71.097
<i>Mailings</i>	22.977	19.530
Coord. - Acções de Formação	17.375	19.112
Cédulas profissionais	4.325	4.757
Emissão N/D CTT	41.791	48.060
Reuniões livres	31.001	35.651
Consultores externos	6.800	7.139
Júri exame-Avaliação profissional	8.873	10.203
Comissão de estágios	21.999	27.499
Prémio Prof. Fernandes Ferreira	8.308	0
Prémio Prof. Sousa Franco	0	7.500
Protocolo IPJ	6.500	12.000
Comissão de exames	1.815	2.087
Total	314.978	303.067

Esta rubrica contempla os custos a suportar com diversos serviços prestados à Câmara, tais como os serviços de auditoria, trabalho temporário, serviços de advocacia, serviços de *mailings*, e outros.

Com a criação de um departamento de “Comunicação e Imagem” na CTOC em 2006, deixa de haver necessidade de recurso a serviços externos de assessoria de Imprensa, por este motivo não foi orçamentado valor para esta rubrica.

Acções de formação

Esta rubrica apresenta os valores previstos para a realização a nível nacional da formação:

Formação	2005	2006
Eventual	658.488	698.788
Segmentada	91.791	144.932
Permanente	23.100	115.275
Total	773.379	958.995

Revista «TOC» e SITOC

Apresentam-se os custos previstos para a elaboração e distribuição da Revista «TOC» e elaboração do SITOC (CD-ROM), que a partir de 2006, com a criação do departamento de “Comunicação e Imagem”, os serviços com a edição da Revista, e com a actualização dos conteúdos do SITOC, passam a ser da responsabilidade desse departamento.

Revisia «TOC»	2005	2006
Serv. edição e tipografia	441.336	336.989
Honorários	3.564	3.564
Serviços fotográficos	10.710	0
Embalagem e endereçamento	40.296	41.408
Portes de Correio	473.983	487.068
Encargos	14.609	15.339
Total	984.497	884.369

CD-ROM/Base de dados/SITOC	436.752	262.755
CD - Base de Dados-Formação CTOC	944	1.086
CD-ROM/IAS	23.950	0
CD Mod. 22 / CD Mod. 3	54.179	56.888
Total	515.825	320.729

Relativamente à revista científica foi publicada e distribuída gratuitamente o 1.º número em 2005, para 2006 foi previsto um valor de 309 mil euros com base no estimado para a publicação e distribuição gratuita de duas revistas a um universo de 77 mil membros.

Para 2006 a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, no âmbito da comemoração do 10.º aniversário da regulamentação da profissão, tem como objectivo a realização de conferências bimestrais, alternadas em Lisboa e Porto, realização do Congresso Prolatino, prevendo-se o valor de 200 mil euros para a concretização do evento, e a realização do II Congresso dos TOC, estando orçamentado o valor de 400 mil euros.

Impostos	2005	2006
Imposto de selo	15	30
Impostos sobre Transportes Rodoviários	158	182
Taxas	171	214
IMI	5.100	87.254
Total dos Impostos	5.444	87.680

Custos com o Pessoal	2005	2006
Órgão da Câmara (25 membros)		
Vencimentos	738.052	760.194
Encargos	156.836	161.541
Total Custos Órgãos da Câmara	894.888	921.735

Colaboradores (75 Colaboradores)		
Vencimentos	1.200.204	1.509.210
Encargos	245.813	310.897
Subsidio de Alimentação	91.020	100.122
Seguros Acidentes de Trabalho	14.136	15.550
Custos Acção Social	8.291	9.534
Outros	29.414	30.884
Total Custos com Colaboradores	1.588.878	1.976.197
Total dos Custos com o Pessoal	2.483.766	2.897.932

Esta conta encontra-se dividida em duas componentes: Órgãos da Câmara e Pessoal.

No que respeita aos encargos com os Órgãos da Câmara e seus colaboradores, prevê-se um aumento de três por cento da massa salarial, quando comparada com 2005, bem como a admissão de 13 novos colaboradores.

Amortizações e Ajustamentos	2005	2006
Imobilizações Corpóreas		
Edifícios	61.098	245.198
Equipamento de Transporte	11.358	27.028
Feramentas e Utensílios	858	987
Equipamento Administrativo	189.146	399.017
Outras Imobilizações Corpóreas	1.755	1.931
Total Imobilizações Corpóreas	264.215	674.161
Ajustamentos de dívidas a receber		
Dívidas de Membros-Quot. em dívida	272.500	231.700
Total das Amortizações e Ajustamentos	536.715	905.861

O aumento das amortizações deve-se aos investimentos a realizar, fundamentalmente na aquisição da nova Sede (incluindo as obras de adaptação), bem como na aquisição das novas representações permanentes em Faro e Vila Real.

Na rubrica Equipamento de Transporte, prevê-se a aquisição de uma nova viatura; e em Equipamento Administrativo contempla a substituição, e renovação de diverso equipamento informático, nomeadamente na aquisição de servidores, assim como a renovação de diverso mobiliário da CTOC.

Os ajustamentos de dívidas a receber foram calculados de acordo com a antiguidade das quotas em dívida, segundo o critério:

Entre 13 meses a 18 meses - 15% do valor da dívida
Entre 19 meses a 24 meses - 25% do valor da dívida
Superior a 25 meses - 50% do valor da dívida

Custos e Perdas Financeiros	2005	2006
Custos Financeiros	62.223	201.320
Total dos Custos Financeiros	62.223	201.320

Os custos financeiros englobam para além dos valores relacionados com taxas bancárias referentes aos métodos de cobrança de quotas implementados (Multibanco, transferência bancária e pagamentos *online*) e os juros decorrentes do valor total do contrato de financiamento *leasing*.

Custos e Perdas Extraordinários	2005	2006
Apoios e Patrocínios	7.500	10.000
Correcções Exercícios Anteriores	40.322	42.338
Outros	152	200
Total dos Custos e Perdas Extraordinárias	47.974	52.538

Nesta rubrica, salientam-se os valores de correcções relativas a exercícios anteriores, resultantes de correcções extraordinárias, devidas no âmbito dos processos de cancelamento.

2. Orçamento de Investimentos

Investimentos	2005	2006
Imobilizado Corpóreo		
Edifícios e outras Construções	0	2.320.000
Equipamento de Transporte	0	40.000
Ferramentas e Utensílios	0	500
Equipamento Administrativo	188.000	726.000
Equipamento Social	0	0
Outras Imobilizações Corpóreas	0	600
Total	188.000	3.087.100
Imobilizações em curso		
Av. Barbosa du Bocage, n.º 45 a 45B*	9.700.880	0
Site Internet/SITOC on-line	50.000	60.000
	9.750.880	60.000
Total de Investimentos	9.938.880	3.147.100

*Transferido para Edifícios e outras construções

Tal como atrás se referiu, no capítulo Amortizações para 2006, está previsto a aquisição de novas instalações, nomeadamente em

Faro e Vila Real, sendo o valor total orçamentado de 500 mil euros.

Relativamente às obras de remodelação da nova sede está previsto o valor total de 1,820 milhões euros. Orçamenta-se cerca de 40 mil euros para a aquisição de nova viatura.

Estima-se o valor total de 726 mil euros na rubrica de equipamento administrativo, para renovação e substituição de diverso equipamento informático e mobiliário da CTOC.

3. Plano Financeiro Global

	2005	2006
Actividade Corrente		
Proveitos Correntes	11.291.844	13.342.980
Custos Correntes*	8.825.543	11.357.520
Saldo	2.466.301	1.985.460
Investimento		
Investimento	9.938.880	3.147.100
Recurso a financiamento - Leasing	9.220.984	0
Saldo	-717.896	-3.147.100
Saldo		
Inicial da gerência anterior	4.103.502	5.851.907
Final para a gerência seguinte	5.851.907	4.690.267

*Os custos correntes não incluem as amortizações e os ajustamentos de dívida a receber

4. Orçamento Proveitos e Custos (Agregado)

4.1 Proveitos

Proveitos Correntes	2005	2006	%
01. Mercadorias	202.822	223.013	10%
02. Jóias	161.625	225.000	39%
03. Quotas-Membros Efetivos	9.128.190	10.290.830	13%
04. Quotas Membros em Regime de Suspensão	97.125	128.172	32%
05. Inscrições - Formação Eventual	543.750	585.000	8%
06. Vinhetas	282.082	197.457	-30%
07. Inscrições-Formação Permanente	137.500	375.000	173%
08. Formação Segmentada	225.000	400.000	78%
09. Congresso dos TOC	0	250.000	100%
10. Congresso ProLatino	0	50.000	100%
11. Outros	301	0	0%
12. Multas - Processos Disciplinares	10.333	40.000	287%
13. Encontro Nacional TOC	4.706	7.500	59%
14. Indeferimento de Candidaturas	6.375	14.250	124%
15. Reinscrições	6.250	7.500	20%
16. Publicidade na Revista «TOC»	122.409	135.000	10%
17. Exames	154.075	182.500	18%
18. Taxas e Emolumentos	2.645	4.641	75%
19. Protocolo IMOPPI	10.575	0	0%
20. Protocolo IPI	7.500	24.000	220%
21. Patrocínios Acções de Formação	29.054	30.507	5%
22. Outros patrocínios	120.172	150.000	25%
23. Juros de Aplicações Financeiras	32.355	14.560	-55%
24. Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	7.000	8.050	15%
Total dos Proveitos	11.291.844	13.342.980	

4.2 Custos

Custos	2005	2006	%
01. Mercadorias / Mat. de consumo	183.772	202.108	10%
02. Vinhetas	9.593	8.154	-15%
03. Electricidade	22.722	40.000	76%
04. Combustíveis	3.008	3.910	30%
05. Água	3.123	4.685	50%
06. Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	524	576	10%
07. Livros e Documentação Técnica	3.257	4.396	35%
08. Material de Escritório	43.407	54.259	25%
09. Artigos para Ofertas	608	1.000	64%
10. Rendas e Alugueres	101.829	121.103	19%
11. Despesas de Representação	2.174	2.500	15%
12. Telefones	203.544	250.000	23%
13. Correio	327.587	200.000	-39%
14. Seguros	48.162	50.570	5%
15. Seguros Responsabilidade Civil – Profissional	527.810	532.496	1%
16. Transportes Diversos	90	104	16%
17. Deslocação e Estadas	226.229	371.540	64%
18. Honorários	603.715	1.136.177	88%
19. Contencioso e Notariado	4.851	6.064	25%
20. Conservação e Reparação	100.908	140.000	39%
21. Publicidade	61.997	74.396	20%
22. Limpeza Higiene e Conforto	57.666	100.000	73%
23. Vigilância e Segurança	50.508	100.000	98%
24. Trabalhos Especializados	314.978	303.067	-4%
25. Publicações Obrigatórias	12.356	262.973	2028%
26. Formação	773.379	958.995	24%
27. Revista «TOC»	984.497	884.369	-10%
28. CD-ROM/Base de dados-SITOC	515.825	320.729	-38%
29. Revista Científica	209.177	308.813	48%
30. Encontro Nacional TOC	11.375	13.081	15%
31. Congresso dos TOC	0	400.000	100%
32. Congresso Prolatino	0	200.000	100%
33. Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização	800.000	1.041.900	30%
34. Outros	17.465	20.085	15%
35. Impostos	5.444	87.680	1511%
36. Vencimentos Órgãos da Câmara	738.052	760.194	3%
37. Encargos – Órgãos da Câmara	156.836	161.541	3%
38. Vencimentos – Pessoal	1.200.204	1.509.210	26%
39. Encargos – Pessoal	245.813	310.897	26%
40. Subsídio de Alimentação – Pessoal	91.020	100.122	10%
41. Seguros Acidentes de Trabalho	14.136	15.550	10%
42. Custos Acção Social	8.291	9.534	15%
43. Outros	29.414	30.884	5%
44. Amortizações Edifícios	61.098	245.198	301%
45. Amortizações Equipamentos de transporte	11.358	27.028	138%
46. Amortizações Ferramentas e Utensílios	858	987	15%
47. Amortizações Equipamento Administrativo	189.146	399.017	111%
48. Amortizações Outras Imobilizações Corpóreas	1.755	1.931	10%
49. Ajustamentos de dívidas a receber	272.500	231.700	-15%
50. Serviços Bancários	62.223	201.320	224%
51. Apoio e Patrocínios	7.500	10.000	33%
52. Correções Exercícios Anteriores	40.322	42.338	5%
53. Outros	152	200	32%
Total dos Custos	9.362.258	12.263.381	

Aprovado em reunião de Direcção, realizada em 22 de Novembro de 2005.

A Direcção: Presidente: *António Domingues de Azevedo*
 Vice-presidente: *Armando Pereira Marques*
 Secretário: *Jaime Soares dos Santos*
 Secretário: *Rosa Teresa Reis Pinto Santos*
 Tesoureiro: *Mário de Sousa Azevedo*